

## EDITORIAL

Quando este número da Acta Pediátrica Portuguesa chegar a casa dos leitores, ele acompanhará os múltiplos cartões de Boas-Festas que cada um recebe dos vários cantos do país e do mundo.

É desejo da equipa que prepara, devotadamente, cada número da Acta Pediátrica Portuguesa, que cada leitor sinta, também, esta edição da sua revista como algo que lhe faz uma companhia especial, nesta época em que se festeja a Paz e a Esperança.

Este ideário acompanha os nossos votos de Bom Natal e de Bom Ano Novo extensivos às famílias de todos os nossos leitores.

Nesta quadra festiva, é tradicional fazer revisão de intenções e marcar metas para o futuro, desejadamente adaptadas às expectativas e aos projectos da maioria dos leitores.

Falta muito para que a Acta Pediátrica Portuguesa seja aquilo por que todos anseiam. No entanto, que cada leitor assuma que a Acta Pediátrica Portuguesa, para ser aquilo que cada um pretende, a começar pelo que os Editores anseiam, a mudança terá de partir de cada um e não de algo ou alguém fortuito ocupante de qualquer nave mítica, potencial redentora da nossa inoperância ou do nosso alheamento.

A Acta Pediátrica Portuguesa precisa de uma nova cosmética mas é, sobretudo, o seu conteúdo que urge, prioritariamente, melhorar.

Precisamos de mais investigação, de mais artigos criteriosos, de mais rigor e pedagogia por parte dos nossos revisores, a par de maior pontualidade.

Um apelo especial aos pediatras seniors para uma colaboração mais especial e selectiva de modo a podermos manter o nosso propósito de humanizar e inspirar a nossa revista com mais interacção e com mais reflexão. É o que decorre do nosso esforço em querer, a todo o custo, manter as nossas rubricas «*Ponto de Vista*», «*Reflexões*», «*Educação Médica*» e «*Como vai a Pediatria e como vão os Pediatras*».

Para além dos artigos científicos, precisamos, de facto, de escritos especiais que tenham a ver com flagrantes de actualidade em Saúde Infantil, com rumos que se assumem como evidências a propor, tanto em termos de filosofia como de pragmática, na sua expressão científica, clínica ou estratégica.

A este apelo de fim de ano, dirigido de modo especial aos leitores senior, acrescentaria outro, desta feita dirigido aos políticos e aos responsáveis da Saúde e da Educação, naturalmente centrado na Criança.

Neste Natal, por excelência festa da Criança feita Menino Jesus, feita Esperança, não posso, contudo, esconder profundas preocupações sobre a Saúde e a Educação da criança, em Portugal.

Alcançada, no nosso país, uma taxa de mortalidade infantil na casa dos 6‰, de mortalidade perinatal abaixo dos 10‰, de MI em menores de 5 anos de cerca de 9‰, urge programar uma política de Saúde e de Educação para a criança, em função do seu bem-estar global, o que implica dar prioridade à prevenção, a uma intervenção centrada na família, a um privilegiar dos primeiros tempos de vida, a um favorecimento especial dos vínculos e das relações, a uma atenção particular para as entidades culturais e para uma resiliência fundamentada nas diferenças, enfim para tudo que possa tornar cada criança mais feliz, mais desejada, mais respeitada.

Porém, a realidade face à criança, em Portugal, não acompanha o que é uma aparente explosão de progresso económico, de optimismo desenvolvimentalista e do euroenebriamento.

Os indicadores profundos do bem-estar infantil são preocupantes. As taxas de tóxico-dependência vão subindo paulatinamente apesar dos investimentos pluriministeriais; o insucesso escolar mostra assimetrias gritantes; a negligência face à criança é um mistério escondido mergulhado na zona submersa do iceberg da pobreza e da ignorância; a violência atinge as expressões brutais que todos conhecemos mesmo quando, só por acaso, olhamos para os écrans da nossa televisão.

Uma real e efectiva política de prevenção e de intervenção para o bem-estar da criança e da família continua silenciosa, se é que existe, porventura aguardando a ressurreição da denominada Comissão da Mulher e da Criança que jaz demitida e moribunda tal como a Saúde Escolar do sector educacional ou, ainda, como os Centros de Desenvolvimento Infantil, sem recursos logísticos ou humanos.

Não exporei mais evidências porque preciso é não desmorecer nem fazer desmorecer. Temos, porém, a obrigação de juntar, à nossa esperança, o nosso grito.

É preciso que o poder ouça os pediatras e os outros profissionais de Saúde e de Educação pela criança proclamar e reclamar que só haverá progresso nas nações e nas sociedades quando a criança for prioridade em função dos seus direitos.

Os Direitos da Criança terão de ser, de facto, a identidade e a consciência de cada sociedade que se queria civilizada e progressiva.

É para esta cultura da Criança que faz sentido a festa da Criança, em cada Natal.

Que cada um de nós sinta o alerta que é preciso.

João Gomes-Pedro